

# Saúde e poder em Portugal na virada dos séculos XVIII e XIX, o caso dos *Avisos ao público*

Rafael Dias da Silva Campos

CHAM | Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, UNL  
Capes, Doutorado Pleno no Exterior

## Introdução

A profusão de obras dedicadas à saúde dos povos no último quartel do século XVIII pode ser percebida como a culminância de uma transformação secular, a da imprensa, assistida pelas transformações trazidas pelos ideais das Luzes e as alterações sociais que as acompanharam. Mas importa notar que estas conjunções estiveram atreladas de modo diverso em diferentes estados da Europa de então, pois ainda que haja uma “indústria dos estudos iluministas”, como defendeu Robert Darnton<sup>1</sup>, as transformações que convencionamos nomear por iluministas, não parecem ter se concentrado apenas em França, ou mais precisamente em Paris, como defendeu este autor<sup>2</sup>.

Na contracorrente desta concepção, percebemos diferentes elementos que permitem classificar outras “ilustrações” distantes do modelo francês e, especificamente para esta discussão, analisar movimentos de ideias médicas que transitaram em diferentes direções ao redor da Europa, e não apenas a partir de Paris. Para o caso específico que iremos discutir, sugeriremos que certas obras foram seguidas justamente por partilharem objetivos e problemas sanitários comuns e não apenas por que procurassem acompanhar uma tendência advinda dum dado centro. Filósofos naturais, e médicos, de diferentes regiões defenderam perspectivas que, por origem, foram adequações baseadas em autores de outras zonas. Neste sentido, partimos da percepção de que a correlação própria entre as ideias e os elementos sociais e políticos nos diferentes Estados, terminaram por alterar a percepção em saúde. Uma transformação

---

<sup>1</sup> Robert Darnton, *Os dentes falsos de George Washington* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005), 17–18.

<sup>2</sup> Para uma leitura crítica, cf. Júnia Ferreira Furtado, *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptista Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil* (Belo Horizonte: EdUFMG, 2012), 73.

que pode ser mais nitidamente percebida por meio de um conjunto bastante específico de textos de saúde, como o caso dos *Avisos ao público*.

É neste sentido que observaremos os *Avisos ao público*, pois muitos foram produzidos fora de Paris, em sociedades letradas e de ciências que intercambiavam saberes integrados a uma “república de letras” intercontinental. Desse modo, podemos delinear as motivações dos autores destes avisos e toda uma corrente de físicos ao redor da Europa, que negavam os valores da medicina popular e lutavam para fazer valer os seus interesses<sup>3</sup>. Em solo luso, estas negações à medicina popular podem ser percebidas, por exemplo, nos idos anos de 1725, quando Sebastião Leite de Faria e Sousa publicou a sua tradução da *Luz de comadres ou parteyras*<sup>4</sup>, uma obra que apesar de fortemente atrelada à própria terapêutica que criticava, afirmava que muitos partos corriam mal por erro e ignorância das parteiras<sup>5</sup>. Apesar de em menor número, os médicos eram ruidosos em defender seus interesses e apontar quais as competências e quem poderia praticar as artes de cura.

Com o avançar dos anos, a própria Inquisição prestou auxílio na criminalização das práticas populares de cura, nomeadamente devido às transformações que a própria instituição vivenciou em decorrência do Iluminismo, a saber, a menor perseguição a bruxas (consideradas como crendices de gente atrasada) e maior combate aos pedreiros-livres<sup>6</sup>. A partir de então, as práticas que então eram consideradas como atrasadas passaram a ser criticadas como charlatanismo<sup>7</sup>, portanto tidas como mais danosas ao bem comum, uma vez que carregavam em si o desejo de burlar e não apenas o reflexo da ignorância leiga e popular.

Aliada aos físicos e à sua defesa ciosa pela condição que possuíam, por meio da crítica médica aos saberes populares, estas obras ganharam notoriedade pelo impacto da

---

<sup>3</sup> Rafael Dias da Silva Campos, “Os 15 de Montpellier: Medicina, política e relações de poder nas Luzes entre Montpellier, Coimbra e o Brasil (ca. 1770 — ca. 1820)” (Universidade Nova de Lisboa, [2016, em andamento]).

<sup>4</sup> Sebastião Leite de Faria e Sousa, *Luz de comadres ou parteyras: breve tratado de como se deve acodir aos partos perigozos, e o que devem fazer as mulheres pejadas para terem bons partos, e o que devem fazer as mulheres pejadas para terem bons partos, e como se haõ de tratar, e pensar as crianças. E como haõ de curar a madre quando sahe fóra, ou aboca* (Lisboa: na officina de Pedro Ferreyra, 1725).

<sup>5</sup> Marinha Carneiro, “Ajudar a nascer: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV – XX)” (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2003), 119.

<sup>6</sup> Bella Herson, *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira, 1500-1850* (São Paulo: Edusp, 1996), cap. 9.

<sup>7</sup> José Pedro Paiva, *Bruxaria e superstição: num país sem «caça às bruxas», 1600-1774*, 2º ed (Lisboa: Notícias Editorial, 2002), 81–93.

ideia de utilidade pública. Não só eram consideradas nocivas as práticas populares, porque irrefletidas, mas o trabalho de difusão das ideias dos médicos seria útil para “os povos”, que as poderia aproveitar e “iluminar-se”. Era um sentido já imbuído na filosofia das Luzes, que abarcou Portugal em princípios do século XVIII, mas que pode ser mais claramente percebido no campo médico, para o contexto de um grupo e não apenas de indivíduos, por meio da Real Academia Médico-Portopolitana, que defendia o racionalismo e a utilidade pública em seu estatuto:

Não se dará lugar algum das quatro classes, senão a sujeitos, que sejam eruditíssimos, zelosos, e prontos no cumprimento da sua obrigação; e se entre estes houver alguns in[s]truídos no sistema Newtoniano com a inteligência da Geometria, Aritmética, Álgebra, Trigonometria, &c. que lhe precede, sejam preferidos aos mais em toda a ocasião<sup>8</sup>.

## Historiografia

Mas para se perceber as ideias ilustradas no conjunto de diversas sociedades europeias, devemos reconhecer previamente que a abordagem nacional deixa de observar singularidades existentes num mesmo território<sup>9</sup>. Tal proposta demanda que se procure perceber as fronteiras geopolíticas de então, pois não seria propriamente acurado falar-se, por exemplo, num “iluminismo italiano” simplesmente devido à configuração territorial da Itália hodierna, de um tal modo que o investigador deva perceber qual a região que se está a referir e observar, por exemplo, se a mesma não estava sob domínio dos Habsburgo, ou parte dos estados pontifícios. Além disso, o termo nação possuía um sentido muito mais próprio à região de origem que o sinónimo “nacional” empregado actualmente<sup>10</sup>. Na América portuguesa, por exemplo, o jornal *O*

---

<sup>8</sup> *Estatutos da Real Academia Medico-Portopolitana* (Porto, 1749), 19.

<sup>9</sup> Outros autores perceberam as dificuldades advindas da adoção desta abordagem, cf. Paschalis M. Kitromilides, “The Enlightenment in Southeast Europe: Introductory Considerations”, in *Discourses of Collective Identity in Central and Southeast Europe (1770-1945): Texts and Commentaries*, org. Balázs Trencsényi e Michal Kopeček (Budapest; New York: Central European University Press, 2006), 52, nota 2.

<sup>10</sup> Júnia Ferreira Furtado, “Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto”, *Osiris* 25, n.º 1 (janeiro de 2010): 189, <http://www.jstor.org/stable/10.1086/657269>.

*Patriota* não apresentava relação com a actual ideia de nação, de pátria, como se poderia pressupor: pátria era sinónimo do local ou região de origem<sup>11</sup>.

Assim, a referida ideia de primazia parisiense esbarra, antes, na própria condicionalidade do carácter geopolítico daqueles Estados, de seus monarcas e governos e até na historiografia que comumente os discutiu, pois como procurou observar Nuno Monteiro: “o século XVIII não foi apenas o resultado da predominância económica e política de certas regiões da Europa”<sup>12</sup>. Podemos identificar esta percepção como próxima da “Lenda negra”, de tal modo que diferentes correntes historiográficas acabaram por pactuar com os princípios de que haveria uma supremacia nos centros irradiadores das Luzes. Uma questão que, como continuou a argumentar Monteiro ao criticar os parâmetros de comparação adotados no *Oxford Handbook of the Ancien Régime* (em que se tomou a França por modelo e se sugeriu maior proximidade com o Reino Unido e América inglesa), dever-se-ia questionar se “esses territórios foram escolhidos com base em algum critério intelectual ou se deve apenas à área de interesse da rede de historiadores anglo-americanos que se dedicaram ao estudo da Revolução Francesa”<sup>13</sup>.

Monteiro não foi, entretanto, o único a perceber que as regiões que extrapolam os elementos dos contextos francês e inglês, acabaram sendo rotuladas como atrasadas – primeiro pelos viajantes daquela altura e posteriormente por diversos pesquisadores que concordaram com tais proposições. Não apenas Portugal, mas diversas regiões à excepção de França e Reino Unido receberam tais legendas. O mote do atraso, posteriormente transfigurado em “atraso económico”, tornou-se uma chave explicativa de diferentes realidades setecentistas. Em discussão sobre o caso boémio, Teodora S. Brnardić analisou esta corrente de que um intervencionismo absolutista teria promovido as reformas e que esta se teria dado de cima para baixo<sup>14</sup>. Para a autora, três foram os principais paradigmas que caracterizaram estas regiões como economicamente atrasadas: o modelo marxista clássico, a teoria da modernização por Reinhard Bendix e,

---

<sup>11</sup> Lorelai Brilhante Kury, org., *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007).

<sup>12</sup> Tradução livre. Nuno Gonçalo Monteiro, “Maxwell, Kenneth. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995”, *e-Journal of Portuguese History* 11, nº 1 (2013): 110.

<sup>13</sup> *Ibidem*, 111.

<sup>14</sup> Teodora Shek Brnardić, “The Enlightenment in Eastern Europe: Between regional typology and particular micro-history”, *European Review of History: Revue Européenne d’Histoire* 13, nº 3 (setembro de 2006): 430, nota 51.

por fim, o sistema centro-periferia de Immanuel Wallerstein<sup>15</sup>. Tais modelos explicativos definiram França e Reino Unido enquanto padrões de avanço onde todos os demais se encontrariam atrasados, sendo que a ausência de determinados elementos foi utilizada como meio de medição do nível de atraso destas sociedades.

Para o universo português, ganham força análises que identificam a censura (estatal) promovida contra as ideias ilustradas, o poder da Inquisição no papel de censura religiosa e admoestação moral (assim como a própria presença da Igreja Católica) e, então, apenas por meio das mãos libertadoras (ainda que contraditórias) de Sebastião José de Carvalho e Melo que Portugal veria alguma esperança de abraçar o século das Luzes por inteiro.

Longe de explicar as diferentes realidades, estes conceitos engessam a análise acerca dos movimentos ilustrados ao redor de França e Reino Unido em detrimento dos demais. Mas partes significativas da recente historiografia luso-brasileira têm apontado para toda uma sorte de instituições, obras, panfletos, opúsculos que tinham em comum as ideias ilustradas. Para eles, a elite letrada lusa estava em constante comunicação com outros ilustrados europeus, como por exemplo a obra de Isaac Newton, que não demorou muito para ser lida na corte portuguesa<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo, investigações distantes desta questão, como a desenvolvida por Pedro Cardim, têm analisado as discordâncias historiográficas referentes a uma forte presença do Estado em Portugal. Este investigador concluiu que o Estado português, enquanto protagonista da acção governativa, apenas se teria dado após as revoluções liberais; uma discussão sugestiva, justamente porque a “ânsia de protagonismo” do Estado, como descreveu Cardim<sup>17</sup>, é uma figura comumente vista como sinal de atraso por muitos historiadores.

Assim, percebemos enquanto problemático o referido modelo de um centro irradiador de ideias, políticas e transformações sociais, pois não se estabelecem relações com os integrantes que este centro supostamente influenciava. Ainda assim, perceber tais limitações e questionar sua difundida aplicação em análises pouco comparativas da ilustração, especialmente à Europa do Leste e Ibéria, não nega a relevância e impacto

---

<sup>15</sup> Ibidem, 414. Além disso, a autora ressaltou a influência de problemáticas socioculturais em Ibid., p. 429, nota 28.

<sup>16</sup> Carlos Fiolhais e Décio Martins, *Breve história da ciência em Portugal* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010), 28.

<sup>17</sup> Pedro Cardim, “Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do antigo regime”, *Nação e Defesa*, nº 78 — 2º Série (outubro de 1998): 129–58.

para toda a Europa, e não só, de sociabilidades vividas naquela região, muito embora traga elementos que limitam a narrativa do atraso enquanto elemento explicativo satisfatório para as realidades fora do eixo Paris-Londres.

Quando passamos a contabilizar as realidades exteriores como não inferiores, notamos, por exemplo, que a medicina institucionalmente produzida ao Sul de Paris, em Montpellier, tanto por sua faculdade, quanto por academias, foi foco de atração de estudantes de toda Europa e das Américas e não apenas do Império francês, mas também espanhol, inglês e português, para não citarmos todos<sup>18</sup>. Se Paris se consolidava politicamente como cabeça do reino em França, isso não implica que automaticamente o fosse em todos os demais elementos. Em verdade, no que toca à medicina, um evento é particularmente interessante para notarmos estas confluências (e não supostas centralidades originadoras de ideias e modelos): com o fechamento das universidades no decurso da Revolução Francesa, apenas três foram logo de seguida reabertas (Paris, Montpellier e Estrasburgo), sendo a estratégia geopolítica e o peso institucional os factores decisivos que contabilizaram para tal decisão. Resoluções que apontam para a percepção de que não havia e não poderia haver um “centro irradiador” de ideias e paradigmas médicos. Deste modo, procuraremos com este trabalho discutir a medicina imperial portuguesa em vigor em fins do século XVIII comparativamente a outros contextos, de maneira a observar suas vicissitudes, para além de simples análises de atraso/avanço que, baseadas em um modelo centro-periferia, têm terminado por desconsiderar os diferentes contextos da Europa das Luzes.

### **Os Avisos ao público e a saúde dos povos**

Foi, portanto, neste contexto que os Avisos ao público se difundiram. Com o passar dos anos, o termo banalizou-se e podemos notar obras um pouco distante dos princípios dos primeiros avisos, que se propunham a ser obras de instrução popular, a rotularem-se como tal no começo do século XIX. Foi o caso do aviso levado a público mais como uma propaganda de um fármaco do que suas congêneres anteriores. Impresso em 1819, o *Aviso ao publico: pomada anti-optalmica da viuva Farnier de*

---

<sup>18</sup> Hélène Berlan, *Faire sa médecine aux XVIIIe siècle: Recrutement et devenir professionnel des étudiants montpelliérains (1707-1789)* (Montpellier: Presses Universitaires de la Méditerranée, 2013).

*Burdeos* pregava as vantagens de uma pomada que curava os mais graves problemas de visão<sup>19</sup>. Também neste conjunto de textos em que a ideia de aviso ao público já havia ganhado notoriedade ao ponto de se vulgarizar, temos a *Hipiatrica ou Aviso ao povo sobre as enfermidades maçónicas*<sup>20</sup>, obra que por meio de analogia bastante simples criticava a Maçonaria como uma doença de Estado. E, por fim, a simples ideia de avisar ao público, de defender uma posição pessoal acerca de um facto ou de uma disputa: *Aviso ao público mostrando a indiferença com que tem ouvido as calúnias com que o tem injuriado o boticário António José de Sousa Pinto e a quem promete resposta*<sup>21</sup>.

À parte estes usos, na viragem do século XVIII para o XIX, os avisos foram obras bastante específicas e dedicadas à instrução pública da saúde, motivadas principalmente pela ideia de que o saber (popular) empregado nos campos era nefasto para a saúde dos povos. Assim, se estes textos refletiram ideias em transformação no final do século XVIII e princípios do seguinte e estiveram imbricados nas relações de poder que seus autores carregavam, importa saber, afinal, o quê e como eram estas obras.

Talvez o mais referenciado destes avisos tenha sido o do médico suíço Samuel Auguste André David Tissot. Doutor pela Faculdade de Medicina de Montpellier, Tissot publicou diversas obras que atraíram a atenção de um público amplo, nomeadamente a sua discussão publicada em francês em 1760 sobre o onanismo e as doenças dele advindas. Mas foi um ano depois que este físico trouxe a público o *Avis au peuple sur sa santé*<sup>22</sup>. Traduzida para diversas línguas, foi elemento distinguidor da importância que Tissot adquiriu no mundo das letras (na edição inglesa de 1766 de sua obra sobre o onanismo, a explicação acerca do autor é justamente apontada para o seu Aviso<sup>23</sup>). Além deste aviso, Tissot publicou em 1767 uma versão específica desta obra de

---

<sup>19</sup> *Aviso ao publico: pomada anti-optalmica da viuva Farnier de Burdeos*, 1819, Iconografia, BNP.

<sup>20</sup> *A Hipiatrica ou Aviso ao povo sobre as enfermidades maçónicas*, 1, 2, 1831.

<sup>21</sup> José Joaquim de Castro, *Aviso ao público mostrando a indiferença com que tem ouvido as calúnias com que o tem injuriado o boticário António José de Sousa Pinto e a quem promete resposta* (Lisboa: Tip. de Bulhões, 1821).

<sup>22</sup> Samuel Auguste André David Tissot, *Avis au peuple sur sa santé* (Lausanne: De l'Imprimerie de J. Zimmerli aux dépends de François Grasset, 1761).

<sup>23</sup> Samuel Auguste André David Tissot, *A Treatise on the Crime of Onan; Illustrated with a Variety of Cases, Together with the Method of Cure. By M. Tissot, M.D. Author of Advice to the People in General with Regard to Their Health. Translated from the Third Edition of the Original* (London: Printed for B. Thomas, in the Strand, 1766).

divulgação, então dedicada aos letrados (*gens de lettres*), que para ele ficam doentes por causa do trabalho assíduo e do sedentarismo<sup>24</sup>.

Os avisos eram obras de escrita simples, condizente com os ideais de popularização perpetrados pela Ilustração e também com a referida ideia de que a medicina feita nos campos era atrasada e pouco “científica”, posto que praticada quase exclusivamente por iletrados e curandeiros. Neste sentido específico, o *Avis* de Tissot não difere de obras como a citada *Luz de comadres e parteyras*, porque estes textos testemunham uma compreensão geral na Europa das Luzes de que o saber em saúde aplicado corretamente nas populações “atrasadas” as faria avançar.

Tissot não inaugurou nenhuma linhagem de obras dedicadas a divulgar saberes médicos, mas a difusão do seu aviso acabou por normatizar as obras semelhantes que o sucederam. Contudo, obras como a *Governo de Mineiros*<sup>25</sup>, por exemplo, que podem ser melhor enquadradas no conjunto de textos da “medicina doméstica” (um segmento que, igualmente influenciado pelos ideais de utilidade pública, defendia uma maior instrução para que as pessoas distantes ou ausentes de auxílio profissional pudessem realizar em casa os cuidados médicos<sup>26</sup>), estavam muito mais próximas do *Aviso ao público* do que as que o sucederam. Isto porque os avisos seguintes passaram a dedicar-se a um tema específico, enquanto que esta obra de Tissot, ainda possuía o elemento da discussão geral sobre diversas doenças e tratamentos. Além disso, o *Avis* também se assemelha às obras de “medicina doméstica” por se propor a servir de auxiliar médico, bem como o facto de o público alvo ser as populações consideradas incultas e frequentemente “a sofrer” nas mãos de charlatões e curandeiros que não saberiam de verdade como proceder a uma cura. No entanto, distâncias existiam entre o *Avis au peuple* e este conjunto de textos médicos populares: a lista de questões que os doentes deveriam ser instruídos para quando fossem ao médico remete justamente para uma instrução que se afasta da ideia de medicina doméstica, uma vez que procurava ser útil aos povos, mas

---

<sup>24</sup> Samuel Auguste David Tissot, *Avis aux gens de lettres et aux personnes sédentaires sur leur santé* (Paris: J. Th. Hérisant, 1767).

<sup>25</sup> José António Mendes, *Governo de Mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez, e mais legoas, padecendo por esta cauza os seus domesticos e escravos queixas, que pela dilaçam dos remedios se fazem incuraveis, e as mais das vezes mortaes: offerecido ao Senhor Coronel Antonio Soares Brandaõ, cirurgiam da Camera de sua magestade* (Lisboa: Offic. de António Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria, 1770).

<sup>26</sup> Charles E. Rosenberg, “The Book in the Sickroom: A Tradition of Print and Practice”, in “*Every Man His Own Doctor*”: *Popular Medicine in Early America*, org. Charles E. Rosenberg e William H. Helfand (Philadelphia: Library Company of Philadelphia, 1998), 1–21.

não enquanto uma “medicina doméstica”<sup>27</sup>. Por isso, parece-nos que esta obra, pela influência que representou e pela linguagem que acabou por ser seguida (a do *Aviso*), seria melhor classificada como uma obra de transição entre a “medicina doméstica” e os avisos que a seguiram.

No contexto do Império português, diversos avisos foram publicados ou traduzidos, sendo que a participação de portugueses da América não foi menor nesta empreitada. Mesmo após o *Avis* de Tissot (1761), não foi publicada em Portugal nenhuma obra especificamente alistada com o tema, apenas passados 25 anos outro aviso veio a lume<sup>28</sup>. Um texto que era na verdade a tradução do *Avis* de Tissot, realizada por Manuel Joaquim Henriques de Paiva<sup>29</sup>. Além de introduzir uma parte exclusivamente dedicada ao contexto português, o futuro professor de Farmácia, Matéria Médica e Terapêutica do Colégio Médico-Cirúrgico da Baía publicou no ano seguinte, 1787, um terceiro tomo do aviso, numa ampliação e aprofundamento da obra de Tissot e também de sua tradução<sup>30</sup>. O escopo deste texto, não difere portanto daquele traçado anteriormente por Tissot, de tal modo que a relevância desta tradução encontra-se mais pela introdução em Portugal do tema dos avisos e menos pela proposta intermédia, discutida acima para o texto original do médico suíço, entre a “medicina doméstica” e os avisos propriamente ditos. Importa ainda notar que anos mais tarde, em 1796, Henriques de Paiva publicaria mais uma vez esta obra, agora pela “Officina de

---

<sup>27</sup> Tissot, *Avis au peuple sur sa santé*, cap. 32, “Question, aux quelles il est absolument nécessaire de savoir répondre, quand on va consulter un Medecin”. Importa notar uma questão, que não é sem importância: para Tissot, além das questões gerais, comum a todos, haveria doenças de mulheres e crianças, mas não de homens; numa compreensão marcadamente sexualista, então muito presente.

<sup>28</sup> Henriques de Paiva afirma que circulava uma tradução em português do *Avis* de Tissot, mas não encontramos referências da existência desta obra e, portanto, desconsideramos esta informação para efeitos de análise.

<sup>29</sup> Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo acerca da sua saúde [...] acrescentado com notas, ilustrações, e hum tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Mr. Tissot na referida obra por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, medico*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 1 (Lisboa: na Offic. de Filipe da Silva e Azevedo, 1786); Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo acerca da sua saúde [...] acrescentado com notas, ilustrações, e hum tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Mr. Tissot na referida obra por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, medico*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 2 (Lisboa: na Offic. de Filipe da Silva e Azevedo, 1786).

<sup>30</sup> Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo acerca da sua saúde ou Tratado das enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Monsieur Tissot no seu Aviso ao Povo*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 3 (Lisboa: Officina Morazziana, 1787).

Simão Thaddeo Ferreira”<sup>31</sup>. Dividida em três volumes, esta edição não diferiu da sua anterior.

Mas no mesmo ano em que publicava os dois volume da sua tradução do aviso de Tissot, Henriques de Paiva redigiu um aviso. Dos seus primeiros textos deste gênero, que “avisava” sobre questões singulares que inquietavam toda a gente, este tratava das então ditas mortes aparentes, que compreendiam um rol de doenças e eventos pouco conhecidos e para aquela altura de difícil identificação<sup>32</sup>. Henriques de Paiva dedicou especial atenção sobre os meios de se realizar os socorros e distinção dos diferentes tipos de *asfixia*, pois segundo ele o “[...] estado dos sujeitos nas diferentes asfixias é em geral quase sempre o mesmo [...] está a respiração suspendida por falta de ar livre e puro”<sup>33</sup>.

No ano da publicação do terceiro volume, Henriques de Paiva publicou mais duas obras, agora a “avisar” sobre as crianças, numa alusão à ideia de depopulação levanta por Tissot em seu *Avis*<sup>34</sup>. A atenção para com as crianças era mais que necessária numa altura em que a mortalidade infantil era excessivamente alta<sup>35</sup>. Henriques de Paiva procurava instruir elementos de prevenção das altas taxas de mortalidade e, segundo ele, prolongar a vida. Criticava os excessos que as pessoas saudáveis cometiam, recomendava especificamente cuidados com a higiene, a inclusão da prática de actividades físicas, a circulação do ar nos ambientes fechados, os cuidados com a alimentação e além de procurar “moderar as paixões”, como o álcool, Henriques

---

<sup>31</sup> Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo ácerca da sua saude*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 1 (Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1796); Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo ácerca da sua saude*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 2 (Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1796); Samuel Auguste André David Tissot, *Aviso ao povo ácerca da sua saude*, trad. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, vol. 3 (Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1796).

<sup>32</sup> Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Aviso ao povo sobre as asfyxias ou mortes apparentes, e sobre os socorros que convem aos affogados, ás crianças recém-nacidas com apparencias de mortes, aos suffocados por huma paixão vehemente d'alma, pelo frio, ou calor excessivos, pelo fumo de carvaõ, ou pelos vapores corruptos dos cemiterios, poços, cloacas, canos, prizões, hospitais, &c* (Lisboa: na Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1786).

<sup>33</sup> *Ibidem*, 15.

<sup>34</sup> Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Aviso ao povo ou summario dos preceitos mais importantes, concernentes á criação das crianças, ás diferentes profissões e officios, aos alimentos e bebidas, ao ar, ao exercicio, ao somno, aos vestidos, á intemperança, á limpeza, ao contagio, ás paixões, ás evacuações regulares, &c., que se devem observar para prevenir as enfermidades, conservar a saude, e prolongar a vida* (Lisboa: na Officina Morazziana, 1787).

<sup>35</sup> Anne-Emanuelle Birn, “Public Health and Medicine in Latin America”, in *The Oxford Handbook of the History of Medicine*, org. Mark Jackson (Oxford: Oxford University Press, 2011), 247.

de Paiva dedicou-se a “avisar” que quase todas as doenças eram contagiosas, sendo portanto imperioso evitar o contacto com pessoas doentes.

O outro aviso de Henriques de Paiva a vir a público neste mesmo ano, dava atenção a uma situação bastante específica, os envenenamentos<sup>36</sup>. Seu autor procurou com este texto apresentar os sintomas e respectivas curas para o caso de pessoas envenenadas com substâncias “corrosivas”. Este aviso era como que uma complementação do anterior, uma vez que o autor ponderava que “socorrer as pessoas empeçonhadas com venenos corrosivos [...] é certamente tão interessante à humanidade, como [...] socorrer aos afogados em água”<sup>37</sup>. Mas a preocupação primeira deste texto estava justamente em “avisar” aos povos (particularmente os médicos e cirurgiões, que ignoravam a natureza destes venenos), pois era atribuído aos maus ares muitas doenças que na verdade seriam provocadas por estes venenos corrosivos, ingeridos, segundo ele, nas misturas com os alimentos, ou mesmo por meio dos remédios feitos por charlatões, segredistas e mezinheiros, que envenenavam as pessoas<sup>38</sup>.

A partir de então, diversos outros avisos chegaram ao conhecimento público em solo luso. O primeiro destes foi uma tradução de Francisco Manoel de Oliveira de textos publicados na Human Society que igualmente versavam sobre as mortes aparentes<sup>39</sup>. Neste *Avisos interessantes à humanidade*<sup>a</sup> maior atenção estava mesmo depositada na temerosa ideia de que uma pessoa poderia ser considerada morta, por diversas razões, e então sepultada viva. Assim, pretendia-se “acautelar o género humano contra as enganosas aparências da morte”<sup>40</sup>. Do ponto de vista formal, este aviso difere dos demais, pois continha diversas cartas e até mesmo um sermão, que relatara, dentre referências bíblicas da ressurreição de Cristo, um caso de um “morto trazido à vida”, ou

---

<sup>36</sup> Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Aviso ao povo ou summario dos sinaes e symptomas das pessoas envenenadas com venenos corrosivos, como Séneca, Solimão, Verdete, cobre, Chumbo, &c.; e dos meios de as socorrer* (Lisboa: na Officina Morazziana, 1787).

<sup>37</sup> *Ibidem*, cap. Prefação [não paginado].

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> Carlos Murray, *Avisos interessantes á humanidade [Avisos interessantes á humanidade, ou colleccão de alguns artigos concernentes á restauração da vida dos affogados, e outros casos de morte aparente, ou animação suspensa extrahidos dos escriptos publicados em Inglaterra por ordem da Sociedade Humana]*, trad. Francisco Manoel de Oliveira (Lisboa: Off. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1788).

<sup>40</sup> *Ibidem*, 23.

nos termos de então de uma “restauração de qualquer vida”<sup>41</sup>. Ainda sobre esta temática das mortes aparentes, foi publicado pela Academia das Ciências de Lisboa um aviso compilado da Human Society dos textos de Joseph-Jacques de Gardanne e Philippe Nicolas Pia<sup>42</sup>. Mas este aviso é na verdade uma versão particular do documento referido acima, com uma linguagem ainda mais simples e clara, e sem trazer as cartas e os sermões publicados no aviso que ficou sob os cuidados de Carlos Murray.

A seguir esta cronologia dos avisos que se publicou em solo luso relativos àqueles identificados por nós na Biblioteca Nacional de Portugal, podemos observar um texto de carácter bastante específico sobre as pessoas que viviam do/no mar<sup>43</sup>. Este aviso é distintivo para percebermos que a ideia geral destes escritos estava igualmente imbuída de um entendimento de que a saúde dos povos, a saúde pública, deveria ser igualmente orientada por uma concepção ampla utilitária e não apenas economicista, na medida em que o salvar vidas infantis, das gentes do mar, das populações rurais e daqueles que, enfim, não possuíam acesso aos curadores considerados adequados por estes autores (os físicos), seria uma vantagem sem reservas para a economia pública.

É neste sentido que o aviso para a gente do mar segue a ideia de colocar um receituário ao final do livro e “avisa” sobre doenças como a dracunculose, uma enfermidade parasitária praticamente erradicada nos dias de hoje<sup>44</sup>, mas que então causava sérios problemas (inclusive registada sua existência na América portuguesa, embora a doença não tenha conseguido se adaptar na região, sendo posteriormente suprimida daquela zona). Diferente de referências divergentes que outros escritores afirmavam no período, o autor deste aviso defendia que a doença, por ele referida também como verme de Medina, era causada por um verme.

Já o tradutor, que era cirurgião-mor da Armada Real, ao elucidar seu propósito com a versão em português do texto, reafirmava os já comentados valores de utilidade pública, linguagem simples e, adicionalmente, de uma medicina prática e não mais de

---

<sup>41</sup> Seth Thompson, “Sermão pregado em S. Margarida de Westminster no Domingo de 13 de Março de 1785”, in *Avisos interessantes á humanidade*, por Carlos Murray, trad. Francisco Manoel de Oliveira (Lisboa: Off. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1788), 108.

<sup>42</sup> Joseph-Jacques de Gardanne e Philippe Nicolas Pia, *Avisos interessantes sobre as mortes aparentes: recopilados da collecção da Sociedade Humana de Inglaterra das obras de M. Pia, e M. Gardanne* (Lisboa: na Off. da Acad. Real das Sciencias, 1790).

<sup>43</sup> G. Mauran, *Aviso á gente do mar sobre a sua saúde*, trad. B. J. C. [cirurgião-mor da Armada Real] (Lisboa: Tip. de João António da Silva, 1794).

<sup>44</sup> Michele Barry, “The Tail End of Guinea Worm — Global Eradication without a Drug or a Vaccine”, *New England Journal of Medicine* 356, nº 25 (21 de junho de 2007): 2561–64.

gabinete<sup>45</sup>. Além disso, defendia abertamente as reflexões de que salvar vidas era essencial para a economia pública:

É certo que ele à imitação do célebre *Tissot* intentou esta obra para por aos olhos de todos o tratamento das doenças próprias da gente que se emprega no exercício do mar, gente assaz preciosa a um Estado, e principalmente ao nosso, que tanto precisa da navegação para se comunicar com as suas Colónias<sup>46</sup>.

Neste sentido, importa perceber que se poucos médicos portugueses se dedicaram a escrever este género de obras de divulgação, os avisos foram todavia bem recebidos no que se refere às traduções. A observar este elemento, parece que a explicação mais directa para tais escolhas resida no facto de que as obras comumente consideradas para tradução eram escolhidas devido às altas vendas, o que maximizava as possibilidades de rendimento dos textos em português.

Não foi em vão, portanto, que no contexto destes avisos tenham surgido aqueles com um carácter declaradamente propagandístico. Produzida por André Lopes de Castro, a água de Inglaterra era um remédio que atingiu níveis elevados de venda, ainda mais se contabilizarmos os valores de cada garrafa<sup>47</sup>. E foi nesta conjuntura que veio a público o aviso a respeito da água de Inglaterra, texto que procurava reiterar as vantagens do seu uso e combater as contrafações, de um tal modo que o aviso em si é mais propriamente um somar de declarações de diversos e reconhecidos médicos ao redor do Império<sup>48</sup>. Mas ainda que fosse marcado o teor de propaganda para a venda do produto, esse aviso estava também imbuído dos sentidos ilustrados, discutidos anteriormente, nomeadamente o de utilidade à saúde dos povos; pelo menos era o que defendia seu autor, quando salientava que se “tem enganado os povos com gravíssimo prejuízo no crédito da dita minha água, e irreparável dano na saúde pública”<sup>49</sup>. Ainda sobre esta mesma “água”, em 1803 também foi publicado um aviso de José Joaquim de Castro, que em linhas gerais não diferia daquele de André Lopes de Castro, seu pai e

---

<sup>45</sup> William Bynum chama-a “medicina livreira”. Para mais sobre o tema cf. William F. Bynum, *History of medicine: A very short introduction* (Oxford: Oxford University Press, 2008), 26; Campos, “Os 15 de Montpellier”, cap. 1.

<sup>46</sup> Mauran, *Aviso á gente do mar sobre a sua saúde*, VII.

<sup>47</sup> José Pedro de Sousa Dias, *A água de Inglaterra: paludismo e terapêutica em Portugal no século XVIII* (Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2012).

<sup>48</sup> André Lopes de Castro, *Aviso ao publico a respeito da Ahoa de Inglaterra* (Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799).

<sup>49</sup> *Ibidem*, 6.

antecessor na produção da dita água pela Real Fábrica<sup>50</sup>. Além deste, outro aviso também não muito diferente, foi publicado a criticar as contrafações e a procurar instruir principalmente os habitantes dos domínios ultramarinos para evitarem fraudes; no fim do aviso, os preços das garrafas, apontam mais uma vez para a singularidade destes avisos da água de Inglaterra, enquanto sobremaneira objectivados com fins comerciais<sup>51</sup>.

Com o correr dos anos, novas concepções em saúde passaram a ganhar força, sendo a higiene uma delas. Assim, não parece ter sido descolado da realidade lusa que veio a público em 1819 um aviso anónimo que tinha por maior objeto a venda de remédios que prometiam rapidez na melhoria do aspecto das pessoas e na higiene<sup>52</sup>. Os tratamentos foram chamados de decoção antiescorbútica e antipútrida, mas não parece propriamente relacionar-se com o escorbuto: além da boca, dentes e gengivas em bom estado, propalava-se um aspecto mais saudável para aquele que fizesse o tratamento e os pobres, ao menos dizia-se no aviso, seriam “curados” gratuitamente. De maneira semelhante a esta ascensão da Higiene, no ano seguinte, 1820, com a prática do banho de mar a ganhar espaço enquanto recomendação médica, um aviso justamente a informar sobre as vantagens e cuidados da prática foi publicado<sup>53</sup>, então vista como terapêutica para diversas doenças (em especial as “da infância e mocidade”) e não como entretenimento. E já no ano seguinte, em 1821, uma segunda edição deste aviso foi publicada no Porto, a apontar para a difusão que a mesma adquiriu<sup>54</sup>.

Mas esse cariz marcadamente comercial não dominou de todo os avisos ao público, pois os que se seguiram continuaram a manter os elementos anteriores, de certa forma a negar o modelo de aviso enquanto propaganda e reforçar aquele mais próximo a um plano de instrução popular. O *Aviso de hum portuguez, amante da humanidade*<sup>55</sup>,

---

<sup>50</sup> José Joaquim de Castro, *Aviso ao publico sobre assumptos concernentes ao fabrico e venda da “Água de Inglaterra”* (Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1803).

<sup>51</sup> José Joaquim de Castro, *Aviso ao publico [acerca do fabrico da Água de Inglaterra]* (Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, [s.d.]).

<sup>52</sup> *Aviso interessantissimo para todas as pessoas zelosas da sua saude e aceio* (Lisboa: Impressão Regia, 1819).

<sup>53</sup> M. J. M. C. L. S. C. J. V. A. R. S. L., *Aviso ácerca dos banhos do mar, ou direcção precisa ás pessoas que houverem de fazer uso d’elles* (Lisboa: na Regia Typografia Silviana, 1820).

<sup>54</sup> *Aviso ácerca dos banhos do mar, ou direcção precisa ás pessoas que houverem de fazer uso d’elles*, 2º ed (Porto: imprensa do Gandra, 1821).

<sup>55</sup> *Aviso de hum portuguez, amante da humanidade, aos seus compatriotas ácerca da afflictiva molestia de falta de respiração: no qual o author aconselha o proprio tratamento, de que usa, e com que se não se cura, ao menos modifica consideravelmente o seu mal* (Lisboa: Impressão Regia, 1823).

por exemplo, parece ter ignorado os objetivos comerciais de André Lopes de Castro e filho, e se relaciona mais com os textos de Henriques de Paiva. Este aviso possuiu, porém, a particularidade de o seu autor provavelmente não ser médico<sup>56</sup> e ainda assim apresentar um método de cura (fundamentada na prevenção das causas por ele assinaladas), portanto, distante dos demais avisos citados anteriormente. O texto em si examinava a “moléstia de falta de respiração”, ou seja, uma doença que segundo seu autor não seria tão grave quanto a asma e que era afectada pela constipação, indigestão ou por insultos hemorroidais.

Por fim, no ano de 1833 o médico liberal António José de Lima Leitão publica seu *Breve aviso*<sup>57</sup>, em que procurava apresentar “uma explicação mais singela a fim de serem melhormente entendidas as minhas ideias” contra a cólera, uma epidemia que avassalava a Europa de então. Neste mesmo ano e também sobre a epidemia de cólera, o médico formado em Montpellier José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão publicava dois avisos, ou mais precisamente um aviso e o seu suplemento<sup>58</sup>, com a declarada defesa de utilidade pública:

A importância do objecto, que exige mais candura do que elegância, desculpará a falta de formalidades minuciosas, que se houver de cometer; e a parte mais numerosa da sociedade, o povo, a que me dirijo, porque não pode fazer uso de obras científicas, e extensas, espero que leve a bem estas instruções escritas com clareza, e precisão em seu proveito<sup>59</sup>.

Mas se no primeiro o teor é professoral, percebe-se que o aditamento é um texto mais belicoso, pois o autor julgava que suas (boas) lições não estavam a ser seguidas, de modo que chega a defender que a não aplicação de seus “avisos” seria um crime:

[...] seria pironismo criminoso, ou cegueira à evidência, assim como é igual crime a credulidade pueril nas histórias dos curandeiros mercenários, e imperitos, por quanto a Medicina desde o seu berço, que é o mesmo do

---

<sup>56</sup> O autor não é identificado, mas pelas características gerais desta literatura médica, se possuísse qualquer título seria mais provável que fizesse referência ao mesmo; ao mesmo tempo, uma vez que a obra tinha sido aprovada pela censura, a omissão da autoria corrobora a possibilidade de o autor ser uma pessoa sem cargos e honras e, principalmente, não ser médico. Além disso, o autor do aviso afirma que havia parado de medicar-se, devido a utilização infrutífera dos mesmos.

<sup>57</sup> António José de Lima Leitão, *Breve aviso ao povo acerca do tratamento da doença epidémica que grassa na europa com o nome de cólera-morbus asiático* (Lisboa: Imprensa Régia, 1833).

<sup>58</sup> José Mariano Leal da Câmara Rangel de Gusmão, *Aviso ao publico ou resumo das verdades mais interessantes que elle deve conhecer ácerca da epidemia que actualmente grassa em Portugal* (Lisboa: Imprensa Régia, 1833); José Mariano Leal da Camara Rangel de Gusmão, *Additamento ao aviso ao publico sobre o uso dos balsamos, ou elixires, ou tambem dos oleos* (Lisboa: Imprensa Régia, 1833).

<sup>59</sup> Gusmão, *Aviso ao publico*, 3.

Homem, foi o resultado da observação, colhida até dos brutos, e instigada pelo instinto natural para poder chegar com muito estudo, e razão, já iluminada, à categoria de ciência, a que Deus manda expressamente obedecer<sup>60</sup>.

O aviso trazia a natureza, as causas, os sintomas da doença, a terapêutica e os meios de se prevenir da mesma, pois segundo o autor certos hábitos poderiam contribuir para que a pessoa adquirisse a doença. Mas a epidemia de cólera levava a uma terapêutica pejorativamente descrita por termos como “remédios heróicos”, que claramente o médico denegava. Foi neste íterim que Gusmão publicou seu aditamento, a dedicar especial atenção aos bálsamos e elixires, então em franca utilização, mas também a ressaltar que em sua percepção a causa da doença seria “a imunidade, não obstante a influência da atmosfera venenosa, e iminente”<sup>61</sup>. Mas, importa notar que Gusmão não propriamente fecha este conjunto de obras médicas, mas os avisos que se seguiram já passam a estar imbuídos de uma outra lógica, menos relacionada com os valores primeiros destes avisos, discutidos acima.

### **Considerações finais**

Assim, se observamos as obras em português que continham os desejos de “avisar” ao público no contexto mais amplo da Ilustração, não podemos deixar de perceber que estas mesmas publicações, muito embora defendidas enquanto meio de instrução da gente menos letrada, era um forte elemento de poder exercido por determinado grupo sob outros.

Como notamos, os avisos foram em sua quase totalidade produzidos por médicos ciosos de suas garantias, concedidas numa sociedade estratificada. Neste sentido, a Junta do Protomedicato é um exemplo que não pode ser totalmente dissociado das antigas guildas, pois ela avaliava quem pretendia compor o restrito grupo de físicos, fiscalizava as boticas e cobrava para fazê-lo, e mesmo os formados no estrangeiro passavam por avaliações compostas pelo órgão. Mas independentemente da Junta, que não esteve em actividade por muitos anos justamente devido às severas críticas de

---

<sup>60</sup> Gusmão, *Additamento ao aviso ao publico*.

<sup>61</sup> *Ibidem*.

abusos cometidos por seus delegados<sup>62</sup>, eram os médicos os maiores interessados na permanência de sua condição hierárquica superior. Embora defendessem princípios utilitaristas aplicados à medicina, é preciso reconhecer que estes avisos foram grandes devedores de um interesse de autopromoção<sup>63</sup>. De outra parte, se os médicos tinham interesses na difusão destas obras, é preciso reconhecer que o próprio Estado Moderno conferiu-lhes insígnias que eles antes não possuíam. Como notou Benoît Garnot, foi este mesmo Estado quem procurou atenuar as grandes crises demográficas<sup>64</sup>, uma acção que certamente não poderia ser realizada sem o auxílio da difusão e instrução disseminadas pelos avisos e outras obras de divulgação médica; sem contabilizar instituições normatizadoras, como a Junta do Protomedicato ou a Provedoria-mor.

Como procuramos discutir em outro momento<sup>65</sup>, a centralização das políticas de saúde em Portugal podem ser mais bem percebidas por meio das medidas de higiene e pela percepção do saneamento enquanto uma responsabilidade pública<sup>66</sup>, nomeadamente com a adopção de uma direcção geral de polícia forte e interventora: o Intendente Diogo Inácio de Pina Manique combatia práticas médicas consideradas desviantes de modo mais enérgico que a Junta do Protomedicato e chegou a mobilizar:

[...] recursos aplicados na limpeza das ruas, hospitais e prisões e na criação de cemitérios públicos, em combate aos sepultamentos no interior das igrejas. [Pina Manique] Desencadeou também uma ofensiva aos charlatães e mezinheiros, que praticavam atividades de cura sem autoridade, e aos boticários, que abriam lojas e vendiam drogas sem exame, trazendo danos irreparáveis à ‘saúde dos povos’<sup>67</sup>.

Além disso, importa notar fiscalizações sistemáticas que iam além de averiguar a entrada em Portugal das temidas ideias francesas<sup>68</sup>: as requisições da Real Mesa Censória, imbuída do controlo dos livros nas livrarias pessoais, não descuidaram de

---

<sup>62</sup> “Dona Maria I, cria a Real Mesa de Saúde [Junta de Saúde]”, [s.d.], ANTT, Ministério do Reino, mç. 469 (2ª Caixa), doc. 89.

<sup>63</sup> Rosenberg, “The Book in the Sickroom”.

<sup>64</sup> Benoît Garnot, *Les Villes en France aux XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles* (Paris: Ophrys, 1989).

<sup>65</sup> Campos, “Os 15 de Montpellier”, cap. 1.

<sup>66</sup> Sobre a condição sanitária da cidade e de suas águas, cf. José Luís Cardoso, “Água, iluminação e esgotos em Lisboa nos finais do século XVIII”, *Análise Social* 35, nº 156 (2000): 495–509; António Fernando Bento Pacheco, “De Todos-os-Santos a São José: textos e contextos do *esprital grande de Lisxboa*” (Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2008), 20–21.

<sup>67</sup> Jean Luiz Neves Abreu, “O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII” (Tese de Doutoramento, UFMG, 2006), 189.

<sup>68</sup> “Edital de 10 de Julho de 1769”, 1769, Real Mesa Censória, Cx 1, ANTT.

incluir a Medicina como uma das sete categorias em que os proprietários de livros deveriam assinalar as suas obras.

Não surpreende portanto que Henriques de Paiva tenha dedicado seu aviso sobre as *asfixias* justamente para o Intendente Geral de Polícia, Pina Manique, alegando que “nenhum objecto mais do que o presente deve interessar à Polícia”<sup>69</sup>. O poder exercido pelo Estado na perseguição de práticas desviantes, mas também na realização de obras públicas, como reformas dos hospitais e criação de aquedutos, habitou conjuntamente com os anseios dos grupos detentores da autoridade médica, que procuravam “avisar” e instruir, mas nunca abrir mão dos privilégios conseguidos.

---

<sup>69</sup> Paiva, *Aviso ao povo sobre as asfixias*, 3.